

Relatórios dos Encontros Nacionais Setoriais

Carlton Hotel Brasília - Dia 03/05/2018 (Brasília - DF)

- Relatório do Encontro Nacional do Departamento da Agricultura e Reforma Agrária **(DARA): Página 02**
- Relatório do Encontro Nacional do Departamento de Ciência e Tecnologia **(DC&T): Página 05**
- Relatório do Encontro Nacional do Departamento de Educação e Cultura **(DEC): Página 07**
- Relatório do Encontro Nacional do Departamento dos Ex-Territórios **(DEEXT): Página 11**
- Relatório do Encontro Nacional do Departamento do Trabalho e Emprego **(DEMITRE): Página 12**
- Relatório do Encontro Nacional do Departamento dos Aposentados e Pensionistas **(DENAP): Página 14**
- Relatório do Encontro Nacional do Departamento dos Fazendários **(DENFA): Página 17**
- Relatório do Encontro Nacional do Departamento do Meio Ambiente **(DENTMA): Página 18**
- Relatório do Encontro Nacional do Departamento de Segurança e Advocacia Pública **(DESAP): Página 25**
- Relatório do Encontro Nacional do Departamento de Saúde e Previdência **(DESC): Página 27**
- Relatório do Encontro Nacional do Departamento de Infraestrutura **(DINFRA): Página 29**
- Relatório do Encontro Nacional do Departamento dos Servidores Civis das Organizações Militares **(DOMC): Página 31**
- Relatório do Encontro Nacional dos Anistiados e Demitidos: **Página 35**
- Relatório do Encontro Nacional dos Empregados das Empresas Públicas: **Página 37**

Relatório do Encontro Nacional do Departamento da Agricultura e Reforma Agrária (DARA)

INCRA

1. Reestruturação das carreiras do Incra, com base no [relatório final do GT de Carreiras/2016](#);
2. Equiparação com a tabela salarial do IBAMA;
3. Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas;
4. Instituição de adicionais de titulação e de incentivo à qualificação aos servidores integrantes do Plano Especial de Cargos do INCRA;
5. Revogação da EC 95;
6. Revogação da Reforma Trabalhista;
7. Retirada da Reforma da Previdência;
8. Revogação da Lei de Terceirização;
9. Recomposição da força de trabalho: concurso público para 3.000 servidores;
10. Fim do titulômetro / combate ao assédio moral individual e institucional;
11. Calendário de mobilizações durante o mês de maio/2018;
12. Dia Nacional de Mobilização Geral dos SPFs no dia 23/05/18;
13. Campanha “Sem servidor público não há serviço público”;

Questões da saúde do servidor:

14. Ajuizamento de ações judiciais contra os aumentos de mensalidade da GEAP (modelos disponibilizados pela Condsef/Fenadsef)
15. Auditoria ampla na GEAP;
16. Reajuste do auxílio saúde per capita em índices compatíveis com a média de aumento das mensalidades da GEAP e dos demais planos de saúde de mercado;
17. Realização de estudo técnico científico para sistematização dos riscos ambientais e mentais das atividades de trabalho no INCRA/SEAD, quantificação dos impactos e dos danos a que estão submetidos os trabalhadores em articulação das entidades nacionais e regionais com o Ministério Público do Trabalho;
18. Criação das CISSPs (Comissão Interna de Saúde do Servidor Público) em cada local de trabalho;
19. Cobrar da gestão autarquia a formulação e implementação do PPRA (Plano de Prevenção de Riscos Ambientais) e PCMSO (Plano de Controle Médico e Saúde Ocupacional), bem como o cumprimento do Decreto nº 6856 (realização de exames periódicos);
20. Articulação do Serviço de Desenvolvimento Humano das Superintendências e Delegacias do INCRA/SEAD para assinatura de convênio estadual com a GEAP (GEAP Para Você);
21. Recomposição do Orçamento do INCRA/SEAD para cumprimento da sua missão institucional (reforma agrária com desconcentração fundiária,

- regularização de territórios quilombolas, fortalecimento da agricultura familiar e ordenamento da estrutura fundiária nacional, cadastro de terras);
22. Participação nas Frentes Democráticas Locais (FBP, Povo Sem Medo, etc.);
23. Autonomia dos departamentos para seus encaminhamentos e realização dos seus encontros.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

- Tratamento funcional idêntico ao dispensado aos servidores do INCRA, com enquadramento na Carreira de Desenvolvimento Agrário.

MAPA

1. Autonomia do DARA;
2. Campanha de sindicalização;
3. Cumprimento do Decreto 6856/2008 (exames periódicos);
4. Prevenção de riscos;
5. Atualização da tabela do Imposto de Renda;
6. Per capita;
7. OLTs – Organização nos Locais de Trabalho;
8. Revogação de todas as reformas, tais como: Reforma da previdência; Terceirização; Privatizações; Pré-Sal; EC 95/16;
9. Servidores integrantes do quadro de pessoal do MAPA, não integrantes de carreiras ou planos especiais estruturados: instituir uma gratificação a título de adiantamento de Plano de Carreira para os servidores Administrativos do MAPA;
10. Fortalecer o sindicalismo combativo. Criar comitês de bairros em conjunto com outros sindicatos do setor público, privado e do campo para debater com a sociedade e conscientizar a classe trabalhadora da importância de estar organizados dentro dos sindicatos e dos movimentos sociais.

Plano de lutas

- Pontos específicos:
 - ponto eletrônico;
 - valorização;
 - equiparação salarial com outras carreiras;
- Saúde:
 - PROVRH (Projeto de Qualidade de Vida);
 - SIPES (Prevenção de Acidentes Local de Trabalho);
 - Exames períodos;
- Reposição das perdas Salariais;
- Incorporação das gratificações no salário base;
- Regulamentação da Negociação Coletiva no Serviço Público.

CEPLAC

1. Fortalecimento da CEPLAC com retorno de sua autonomia financeira-modernização;
2. Encontro setorial em março de 2017;
3. Enquadramento na Carreira de Ciência e Tecnologia, Lei nº 12.277;

PESCA

Servidores da SEAP/SG/PR (oriundos do extinto MPA):

- Pelo estabelecimento de uma política e uma instituição do governo federal para o desenvolvimento e ordenamento da pesca e aquicultura brasileira, realocando a SAP no MAPA, definindo orçamento e organizando o corpo de servidores;
- Pelo estabelecimento das atribuições e competências dos servidores da SAP;
- Pelo fim do assédio moral e desvio de funções na SAP;
- Que os sindicatos e a Condsef/Fenadsef abram interlocução com o MPOG sobre a situação dos servidores e dos serviços de pesca e aquicultura, propondo um grupo de trabalho composto por quatro partes: representante dos servidores, representante da Condsef, representante do MPOG, representante da SAP;
- Que os sindicatos em conjunto com a Condsef e ouvindo servidores da categoria faça uma campanha pela sindicalização de todos/as servidores oriundos do extinto MPA e estes se organizem no DARA/Condsef;
- Que a Condsef estude a possibilidade de uma Ação Civil Pública junto ao MPF cobrando a estruturação dos serviços e políticas da aquicultura e da pesca e denunciando assédio moral;
- Que a Condsef incorpore na sua pauta de lutas concurso público para a SEAP, pois o quadro atual é muito aquém do necessário;
- Que a Condsef e os sindicatos promovam o Encontro dos servidores oriundos do extinto MPA, até o fim do 1º semestre de 2018.

Relatório do Encontro Nacional do Departamento de Ciência e Tecnologia (DC&T)

1. Continuar a Campanha Salarial retirando os conceitos da tabela consensuada em 2015 e não considerada pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, reforçando estudos que subsidiem a retomada de sua defesa;
2. Manter a posição pela incorporação da GDACT ao vencimento básico, cumprimento ao Termo de Acordo 09/12;
3. Lutar pela recomposição da Força de Trabalho das Carreiras de C&T, propondo, imediatamente, junto ao governo, a formatação de dispositivo legal que permita a reposição automática de cargos vagos, por aposentadoria ou saída de servidores como forma de estancar a perda de pessoal;
4. Reformar o conteúdo da carta de BH (primeira), que compilou princípios e linhas de atuação do Departamento de C&T;
5. Estreitar o relacionamento com outras entidades afins da representação sindical, na busca da unificação e fortalecimento da defesa das instituições e dos direitos dos servidores, defendendo a atuação do Departamento de C&T como legítima representação dos servidores de C&T;
6. Posicionar-se contra a constituição de organizações sociais por entender que serão utilizadas como instrumento de desmanche e precarização da coisa pública;
7. Atuar na regulamentação da Lei 13.243 (marco legal da C&T) e nas mudanças regimentais das unidades de pesquisa por ela requerida;
8. Lutar por mudanças da sistemática de escolha de dirigentes das unidades de pesquisa e órgãos de fomento a torná-la democrática, com a participação dos servidores;
9. Atuar junto ao MCTI e FINEP em defesa do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e para que a representação dos trabalhadores no mesmo seja indicada por este Departamento de C&T;
10. Aproximar-se dos núcleos de estudo e atuação da Auditoria Cidadã da Dívida Pública a fim de subsidiar nossas entidades na luta contra a política de arrocho do governo;
11. Reivindicar a criação de um Conselho de Dirigentes das Unidades de Pesquisa, garantindo a participação dos servidores das carreiras;
12. Promover a adoção e tecnologias de informação que possibilitem uma melhor interação e integração das entidades que compõem o Departamento;
13. Atuar no processo de gestão das carreiras e implementação da política de capacitação e desenvolvimento de pessoas, buscando sua democratização e qualificação, incluindo a defesa da criação da Escola de Governo em CTI;
14. Criar grupos de trabalho para o aprofundamento dos itens deste documento;

15. Assegurar a permanência, por instituição, da equiparação de 70% (setenta por cento) dos DAS pelos servidores do quadro. O ideal seria 100% (cem por cento), mas na atualidade não está sendo cumprida pelos órgãos;
16. Ativar os departamentos através das reuniões da direção da CONDSEF. Através da resolução com pesquisa paga pelo Sindicato Estadual;
17. Campanha Salarial – Tabela/2015;
18. Incorporação GDACT;
19. Recomposição Força Trabalho da Carreiras de C&T;
20. Aumentar contribuição do plano médico por parte do governo (plano fadado falência);
21. Moção de Repúdio ao presidente do CNPQ por atitudes arbitrárias;
22. Extensão para as demais categorias de servidores federais da Lei nº 13.464/2017, que instituiu os reajustes para as carreiras típicas de Estado;
23. Revogação da PEC 95/2017;
24. Cumprimento dos acordos assinados com os servidores federais da Carreira de C&T, em 2012 e 2015;
25. [Carta de BH de 2018](#), resultante do Seminário das Entidades Representativas das Carreiras de C&T, realizado entre os dias 03 e 05 de abril, no CDTN/CNEN em BH;
26. O Departamento de C&T reivindica da Direção da Condsef/Fenadsef a participação efetiva de seus membros em todas as negociações a serem realizadas pelo Fórum das Carreiras de C&T, mesmo tendo presença da representação da Direção da Condsef, nas negociações com as diversas instâncias do Governo Federal;
27. O Departamento de C&T indicou José de Arimateia Leite de Menezes para representar o Departamento nas reuniões da Direção da CONDSEF/FENADSEF.
E também indicou Rogério Mamão Gouveia para levar informações da C&T para Secretaria de Comunicação e Imprensa da CONDSEF.

**Jose de Arimateia Leite de Menezes, Rogério Mamão Gouveia,
Jorge Alves Coutinho, Jaime Vieira Ramos e Gleig Correia de Sá**

Relatório do Encontro Nacional do Departamento de Educação e Cultura (DEC)

I - SETOR DA EDUCAÇÃO

Estados presentes: **MG, MA, PI, PE, BA (07 participantes; Universidades Federais, Rede Federal de Educação Tecnológica; MPOG - órgãos extintos).**

Pauta: **Informes, Demandas do Setor, Avaliação e Encaminhamentos.**

Mesa: **Erilza Galvão/BA e Paulo de Castro/PE (Direção da CONDSEF).**

INFORMES:

- 1- Justificada a ausência de Coordenadores do Departamento, área da Educação (João Carlos Martins/MA; Valdemar Santana/ PE e Carlos Alberto Oliveira/ RJ). O José Carlos Costa/Ebserh participou da reunião do Pró-Departamento Empresa Pública.
- 2- Realização da Plenária Estatutária da CONDSEF/ FENADSEF, de 03 a 06 de maio, no mesmo Hotel do Encontro;
- 3- Resolução Ministerial do final de março de 2018 sobre redimensionamento dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica (redução de unidades educacionais, em todo o Brasil);
- 4- Conjuntura e Táticas do Governo para não cumprimento acordos.

DEMANDAS DO SETOR:

Não houve alteração na pauta definida no Encontro Nacional Setorial/dezembro de 2016, em Cuiabá.

AVALIAÇÃO:

Considerando a conjuntura, a geopolítica do Congresso Nacional, as medidas do Governo Temer e diversos aspectos da organização da base da educação, os participantes definiram por não alterar a pauta de reivindicações e sim pela proposição de ações para CONDSEF/ FENADSEF, visando concretizar o máximo da pauta de reivindicações e reforçar a organização do setor.

SISTEMATIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS PROPOSTAS/ ENCAMINHAMENTOS:

- 1- Orientar as entidades filiadas para reforçar a organização/ trabalho de base do setor;
- 2- Atualizar diagnóstico do setor, com coleta de informações junto às entidades filiadas (base representada- órgão, local de trabalho e número de filiados; demandas; realização de atividades específicas), a partir de instrumento a ser elaborado pela CONDSEF/ FENADSEF;
- 3- Coletar/ sistematizar informações para subsidiar a CONDSEF/ FENADSEF nos encaminhamentos das demandas setoriais e debates de questões educacionais (principais contatos: Coordenadores do DEC- Setor da Educação, João Carlos Martins/ MA e Carlos Alberto Oliveira/ RJ);
- 4- Realizar uma reunião de Trabalho, de dois dias, até o final de junho, entre Direção e Coordenadores do DEC/ Setor da Educação, sobre pauta temática (planos de carreira;

tabelas salariais; medidas ministeriais referentes ao processo de ifetização- expansão da Rede de Educação Tecnológica; reformas educacionais; gestão democrática da educação, entre outros);

- 5- Atualizar sistematização de legislação básica sobre educação (a última foi feita em 2003).

II - SETOR DA CULTURA

Condução dos trabalhos:

Jussara Griffo (Secretária de Administração/CONDSEF);

Matheus Guerra Cotta (membro do Departamento de Educação e Cultura - CONDSEF);

Delegados presentes:

Rafael Campos (servidor do IBRAM/MG – Museu do Ouro);

Matheus Guerra Cotta (servidor IPHAN/MG – DEC/CULTURA - CONDSEF);

Observadores:

Sergio Pinto (Presidente da AsMinC – Associação de servidores do Ministério da Cultura);

Débora Azevedo (Diretora da Asserte – Associação dos servidores e trabalhadores da FUNARTE);

INFORMES: A Secretaria de Administração da CONDSEF, Jussara Griffo, informou que a diretoria executiva da confederação se posicionou favoravelmente à assinatura do Termo de Compromisso junto ao Fórum das Associações de Servidores da Cultura, conforme minuta em discussão, apenas fazendo a ressalva quanto ao prazo de 15 dias para se agendar e comunicar reuniões, que, em caso de urgências, possam gerar prejuízos aos servidores;

ENCAMINHAMENTOS:

1. Solicitar que a CONDSEF envie ofício à Secretaria Executiva do Ministério da Cultura, reiterando a solicitação para que sejam instaladas, nas autarquias e vinculadas, as Câmaras Setoriais do Grupo Permanente de Discussão sobre Condições de Trabalho – GPCOT, para tratar das questões relacionadas ao ponto eletrônico, tendo em vista a instalação do sistema, sem levar em conta as especificidades de cada órgão;
2. Encaminhar junto às instâncias da CONDSEF – Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo de Entidades – a realização de Encontro Nacional da Cultura e Seminário Nacional da Cultura, em um único evento:
 - a. Local: Rio de Janeiro;
 - b. Data: até o mês de setembro/2018 (em face do ano eleitoral);
 - c. Temas a serem abordados: Políticas Culturais: interesse público e sociedade civil; Gestão de Espaços e Políticas Culturais por Organizações Sociais (OS); Organização das representações de servidores do setor da Cultura.

PAUTA DE REIVINDICAÇÃO DOS SETORES DE EDUCAÇÃO E CULTURA

1. Fazer levantamento dos ataques que a área de educação está sofrendo;
2. Contra as perseguições sofridas pelos servidores (as) que lutam contra os ataques à educação;
3. Total apoio às ocupações dos estudantes secundaristas e universitários;
4. Participação da Condsef nos espaços nacionais da educação;
5. Lutar contra o golpe e pelo cumprimento integral do Plano Nacional de Educação;
6. De maneira imediata, atrelar a luta contra o golpe e a luta para barrar a PEC 55, MP 746, PL da “Escola Sem Partido”, privatização do Pré-Sal e da Petrobrás;
7. Fora Temer e fora Mendonça Filho;
8. Construção da greve geral;
9. Valorização salarial e profissional de todos os trabalhadores (as) da educação;
10. Incluir o IFRJ (Instituto Federal de Educação de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro) no Ministério da Ciência e Tecnologia;
11. Reestruturação da Carreira do Sistema MEC;
12. Atenção isonômica aos servidores dos ex-territórios:
 - a) Administrativo - migração para o PCCTAE (Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação);
 - b) Professores - migração para carreira do EBTT (Ensino Básico, Técnico e Tecnológico);
 - c) Abertura do Termo de Opção para migração dos professores aposentados do ex-território de 2013 para os EBTT;
 - d) 30 horas para todos, sem redução de salário e sem ponto eletrônico;
13. Funcionamento pleno das Comissões Internas e Nacional de Supervisão (C.I.S. e C.N.S.);
14. Fim da terceirização nas IFE (Instituições Federais de Ensino) e EBTT e abertura de concurso público;
15. OLT: Organização por Local de Trabalho, como um dos métodos para a construção da greve geral;
16. A Condsef precisa atuar mais próxima do setor da educação na base da confederação (realizações de plenárias, seminários, encontros regionais e nacional);
17. Que a CUT efetivamente participe e indique a Condsef nas mesas setoriais de educação;
18. Que a Condsef, junto ao MEC, cobre e fiscalize a aplicação do piso nacional de educação nos estados e municípios;
19. Docentes do ensino básico federal migrar para a carreira do EBTT – Ensino Básico, Técnico e Tecnológico;
20. Técnicos Administrativos do PGPE – Plano Geral de Cargos do Poder Executivo migrar para a carreira do PCCTAE – Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação;
21. Abertura de Termo de Opção dos Docentes do PUCRE (Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos) para migração para EBTT;
22. Concessão de RSC (Reconhecimento de Saberes e Competências) para técnicos administrativos e aposentados;
23. Paridade na participação dos conselhos consultivos;
24. Democracia nas instituições públicas de educação para efetiva participação de mulheres, negros e LGBT;



25. Contra o projeto de lei "ESCOLA SEM PARTIDO";
26. 10% do PIB para educação;
27. Criação do Departamento de Cultura (desmembrando o atual Departamento de Educação e Cultura) no âmbito da Condsef;
28. Redefinição do papel do departamento de Cultura (a ser criado em plenária estatutária) na diretoria nacional da Condsef;
29. Participação da Cultura na agenda de luta dos servidores públicos federais;
30. Construção de uma frente ampla da cultura junto às entidades afins;
31. Construir uma agenda de discussão sobre a reestruturação do sistema MinC;
32. Aprimorar, atualizar, fortalecer a estrutura de comunicação da Condsef e seus departamentos.

Relatório do Encontro Nacional do Departamento dos Ex-Territórios (DEEXT)

1. Reabertura para redistribuição dos servidores dos ex-Territórios que tenham interesse em ser redistribuídos para outros órgãos;
2. Técnicos administrativos da Educação: PGPE – abertura do termo para carreira PCCTAE; PCCTAE – poucos estão nessa carreira;
3. Busca de isonomia entre efetivos servidores da União nos ex-Territórios, com seus semelhantes, considerando especialmente qualificação respectiva, como por exemplos: os técnicos de técnicos agrícolas sejam comparados aos do Ministério da Agricultura;
4. Apoio da Condsef aos processos 992 e 1050;
5. Que a Condsef banque o representante do Departamento para estar em Brasília/DF na luta dos servidores. Sendo assim, queremos mais respeito e participação ativa do departamento.
6. Docentes do Ensino Básico Federal migrarem para a carreira do EBTT – Ensino Básico, Técnico e Tecnológico;
7. Técnico-Administrativos do PGPE- Plano Geral de Cargos do Poder Executivo migrar para a carreira do PCCTAE – Plano de Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação;
8. Abertura de termo de opção dos Docentes do PURCRE/EBTT, e Ex-Territórios;
9. RSC para técnico-administrativos e aposentados;
10. Paridade na participação dos conselhos consultivos;
11. Reativação da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira e inserção da CONDSEF nos espaços nacionais de negociação com o Governo;
12. Lutar pela aprovação da PEC 111- enquadramento dos servidores dos ex-Territórios e efetivação do vínculo empregatício/funcional com a União.

Relatório do Encontro Nacional do Departamento do Trabalho e Emprego (DEMITRE)

Estados: Estados: **AC, DF, GO, MA, MG, MT, PB, PE, RJ, RO, RS, SC e SP.**

1. Reformas: Necessidade de pressão sobre os candidatos a Presidente e ao novo Congresso para a revogação da EC/95, que atacam a possibilidade de reajustes salariais, etc.;
2. Combate a terceirização que ameaça o retorno ao MTb,
3. A Condsef demandou estudo do Dieese acerca da tradução acessível para a sociedade acerca dos malefícios da EC 95;
4. Perdas salariais: Extensão da diferença de 16,54% concedida pela Lei 13464/17 as demais carreiras do serviço público,
5. Caso o governo não conceda o reajuste de forma negociada, recorrer ao judiciário, nos moldes de outros precedentes os quais obtivemos vitórias judiciais,
6. Aporte do governo para o Plano de Saúde de 15% para 50%. Já existe uma ação civil pública proposta pela Condsef e outras entidades para tal finalidade;
7. Realizar requerimento e diversos meios de pressão para reunião com o novo Ministro e as entidades nacionais para diversos encaminhamentos já discutidos em grupos de trabalhos, condições e de funcionamentos das unidades do MTb, turnos, ponto eletrônico, Port. 2551/10, etc.;
8. Realizar debates com as centrais sindicais acerca de o MTb;
9. Mobilizar-se pelo calendário de luta dos servidores públicos federais, iniciando no dia 23/05;
10. Encaminhar a discussão dos Avisos Ministeriais da Carreira do MTb perante o MPOG;

Encaminhamentos do DEMITRE:

1. Fazer o debate com as entidades sindicais do setor privado sobre o desmonte do MTb, buscando o apoio para a nossa luta;
2. Construir o consenso e documento com as centrais sindicais acerca do desmonte do MTb, para fins de pressões políticas;
3. Encaminhamento de ofício pelas três entidades nacionais que representam o MTb, para a reabertura das negociações perante o Ministro do Trabalho;
4. Viabilizar a representação de alguns membros do Demitre em Brasília, para o acompanhamento das demandas do MTb;
5. Extensão da diferença concedida pela Lei 13464/17 para algumas categorias de servidores, no percentual de 16,54%. Caso contrário, impetrar a devida ação para fins da equiparação do reajuste salarial;
6. Pressionar os candidatos a próxima eleição para fins comprometerem-se a revogarem a EC 95, a qual impossibilita a nossa luta;



7. Aporte de 50% pelo governo sobre a per capita do Plano de Saúde.

Relatório do Encontro Nacional do Departamento dos Aposentados e Pensionistas (DENAP)

1. Lutar pela integralização das gratificações de desempenho dos aposentados e pensionistas que tiveram suas aposentadorias e pensões instituídas antes de 2004;
2. Participação mais efetiva por parte dos aposentados e pensionistas em suas respectivas bases;
3. Lutar efetivamente para que a paridade seja estendida a todos os aposentados e pensionistas;
4. Solicitar ao M. Planejamento o envio dos contracheques dos aposentados e pensionistas pelo “correio”, devido às dificuldades em utilizar a internet;
5. Fortalecer e ampliar a lutas dos servidores aposentados e pensionistas em prol dos seus direitos específicos;
6. Criar um mecanismo que dificulte as financeiras em realizar descontos indevidos e não autorizados pelos servidores no contracheque;
7. Lutar para que o reajuste salarial incida sobre o vencimento básico;
8. Reivindicar que o Governo Federal arque com 70% do valor (mensalidade) dos planos de saúde e, em contrapartida, o servidor pagará 30% do mesmo;
9. Lutar pela redução dos valores do plano de saúde para os aposentados e pensionistas;
10. Lutar pelo pagamento do auxílio alimentação, excluído quando o servidor aposenta;
11. Concessão de igualdade de direitos a todos os professores aposentados e pensionistas dos Ex-Territórios, quanto a gratificação da RSC concedida aos professores da ativa;
12. Prorrogação do prazo da assinatura do “termo de opção” dos aposentados do Ex-Territórios, para até 2018;
13. Inclusão dos professores federais aposentados dos Ex-Territórios no quadro do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico;
14. Convocar uma “Greve Geral” para o 1º trimestre de 2019;
15. Realizar uma Plenária Setorial (anual) por departamentos da CONDSEF (mínimo de 2 dias);
16. Participação mais efetiva e fortalecimento do DENAP (Departamento Nacional de Aposentados e Pensionistas) junto à CONDSEF;
17. Incluir na Campanha Salarial em 2019, demandas específicas dos aposentados e pensionistas;
18. Construir políticas voltadas para os anseios e ideais dos aposentados e pensionistas;
19. Lutar contra a Reforma da Previdência;
20. Lutar pela integralidade do pagamento na aposentadoria por “invalidez”;
21. Incorporação das gratificações no vencimento básico;
22. Paridade entre Ativos, Aposentados e Pensionistas: Com a criação das gratificações de desempenho ou de produtividade, o governo vem

sistematicamente burlando esse princípio constitucional, portanto é necessária a reversão dessa política;

23. Aposentadorias por Invalidez e Compulsória: Depois da Emenda 41, de 31/12/2003, essas aposentadorias passaram a ter uma nova redação que acaba com o princípio da paridade, utilizando, como nova forma de cálculo dos proventos, a média aritmética das 80 maiores contribuições recebidas pelo servidor, a partir de julho de 1994. Então, reforçar a luta da CONDSEF/FENADSEF e suas filiadas pela aprovação da PEC 434/14 que garante provento integral para o servidor que se aposentar por invalidez;
24. Aposentadoria Especial: mais uma questão que o governo vem empurrando com a barriga. Também reforçar a luta da CONDSEF/FENADSEF e filiadas pelo reconhecimento desse direito aos trabalhadores que exerçam as suas atividades em áreas sob a ação de agentes nocivos à saúde ou à integridade física;
25. Lutar por mudança do formato de aposentadoria no tocante à gratificação de desempenho, levando a média dos últimos cinco anos dos pontos para a aposentadoria;
26. Lutar por políticas públicas de preparo à aposentadoria dos trabalhadores do serviço público federal, com a participação das entidades sindicais;
27. Lutar por políticas públicas de sensibilização e conscientização dos trabalhadores do serviço público e da sociedade em geral quanto à questão dos abusos contra pessoas idosas e a necessidade de tratá-las com respeito, gratidão, dignidade e consideração;
28. Realizar um “Seminário de Aposentados e Pensionistas” em todos os estados;
29. Exigir que todos os RH’s das unidades pagadoras (órgãos) tenham atendimento priorizado para aposentados e pensionistas; fazer ofício dirigido aos órgãos cobrando uma solução dessa questão;
30. Isentar os aposentados da contribuição do Plano de Seguridade Social;
31. Convocar um Encontro Nacional de Aposentados e Pensionistas;
32. Que os representantes dos departamentos sejam eleitos pela sua base no Encontro Setorial da Condsef;
33. Que a Condsef/Fenadsef recomende às filiadas a realizar assembleias dos aposentados e pensionistas;
34. Que seja eleito um coordenador dentre os eleitos de cada departamento que integrará a Direção Nacional e para reunião da CDE;
35. Que Condsef/Fenadsef recomende às filiadas realizar assembleia de aposentados e pensionistas para eleição de delegados para participação das estâncias da Condsef;
36. Que Condsef/Fenadsef oriente as filiadas a enviar jornais e outros comunicados aos aposentados e pensionistas de sua base;
37. Implementar ações jurídicas e administrativas até que a paridade seja estendida a todos os aposentados;
38. Assegurar que os valores das mensalidades dos planos de saúde fiquem excluídos para margem de consignação para fins de empréstimos;

39. Reabertura para assinatura do termo de opção da Carreira da Previdência, Saúde e Trabalho para quem que por algum motivo não teve a oportunidade de assinar;
40. Ajuda de custo a todos os servidores ativos, aposentados e pensionistas para aquisição de remédios de alto custo;
41. Presença de um coordenador de departamento nas mesas de negociação com o governo, com o objetivo de discutir as reivindicações dos aposentados e pensionistas;
42. Que a Condsef envie ofício ao Ministério da Defesa cobrando agilidade no acerto e pagamento corrigido da Gratificação de Desempenho dos servidores e pensionistas das Leis nºs 13.323 a 13.328, tendo em vista a morosidade dos comandos militantes quando neste acerto que é garantido em lei para quem aderiu ao acordo em dezembro de 2016; e que seja encaminhada cópia de tal ofício aos emails dos aposentados e pensionistas.

Relatório do Encontro Nacional do Departamento dos Fazendários (DENFA)

Coordenador da Mesa: Antônio Ricardo Generoso e Márcia Castro

1. Enquadrar o nível auxiliar no nível intermediário como Técnico Fazendário de nível intermediário e Técnico Administrativo de nível intermediário, como proposta de alteração no Projeto de Lei s/nº encaminhado pelo Ministro da Fazenda ao Presidente da República;
2. Revisão do plano e elaboração de uma carreira;
3. Isonomia com a Lei 12.277/10 (NS, NI e NA);
4. Foram eleitas para fonte de informação oficial da Imprensa da Condsef/Fenadsef: Marlete Oliveira e Márcia Castro.
5. Que a Condsef procure Planos de Saúde para negociar um convênio.
6. Mudar o critério das informações da GQ das formações das graduações.
7. Não concordamos com o SINDFAZENDA por defendermos o Sindicato Geral.
8. Solicitamos à Condsef verificar, junto ao governo, como está o procedimento do Projeto. Depois, encaminhar aos advogados para analisar o projeto - Carreiras Administrativas do Ministério da Fazenda.
9. Fortalecer uma campanha contra assédio moral e sexual (todo o tipo de assédio) nos órgãos públicos.
10. A Condsef deve procurar o Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Fabrício da Soller, para pedir a implementação das propostas discutidas e aprovadas no Grupo de Trabalho - GT. Dentre elas, criação de gratificação com recursos provenientes do FUNDAF.
11. Representante do DENFA nas plenárias da Condsef: Márcia Castro B. Meireles e Suplente: Reinaldo Felipe dos Santos.

Relatório do Encontro Nacional do Departamento do Meio Ambiente (DENTMA)

DNOCS

A Condsef deverá encampar a luta junto ao Ministério da Integração Nacional reivindicando os seguintes pontos:

1. Reestruturação e revitalização do órgão;
2. Criação de um plano de carreira para os servidores do órgão;
3. Realização de concurso público para recomposição do quadro de pessoal;
4. Definir um orçamento necessário e adequado, visando atender os objetivos institucionais para os quais o órgão foi criado;
5. Que a autarquia seja responsável pela implementação das ações da política de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca;
6. Que a gestão das águas do programa de integração da bacia do Rio São Francisco (transposição) seja gestada pelo órgão;
7. Dentro da reestruturação do órgão, seja criado um setor que trate especificamente da segurança e conservação das barragens;
8. Impedir a transferência dos reservatórios hídricos do órgão para as gestões estaduais e municipais;
9. Que os servidores da autarquia tenham participação e conhecimento de qualquer proposta de reestruturação do órgão;
10. Que a Condsef interceda junto ao Ministério do Planejamento no sentido de esclarecer que as instituições podem e devem ter atribuições iguais, não necessariamente isso significando sobreposição de ações. (obs. isso passou a ser uma alegação do MPOG que limitou o avanço da proposta de reestruturação do órgão em momentos anteriores);
11. Incorporação da gratificação produtivista para aposentados e pensionistas independente da média, conforme disposto na lei;
12. modificação do artigo 14 da lei 12716/2012, que significa deixar de ser descontado no valor da “bolsa” qualquer tipo de reajuste (impedimento da desoneração);
13. Aprimorar o funcionamento e a operacionalização do registro de frequência dos servidores (ponto eletrônico), entre outras coisas, com a criação de banco de horas e desatrelação do atrelamento da “catraca” ao “ponto”;
14. Que a gestão de piscicultura, especialidade do DNOCS, seja mantida em toda sua extensão;
15. Que o Jurídico da Condsef analise a legalidade do desconto da “bolsa” (VPNI).

Para todas as instituições:

1. Recomendar a estruturação de todos os órgãos federais conforme suas especificidades.

FUNAI

1. PCI – Plano de Carreira: elaboração e publicação de Portaria designando os componentes do GT para aprovação do Plano;
2. Estruturação do Plano de Carreira Indigenista;
3. GAPIN: reajuste da GAPIN, e que o MPOG implemente o ajuste e a correção de valor da gratificação e de atividade;
4. Execução dos planos de capacitação;
5. Concurso público para preenchimento dos cargos no órgão indigenista;
6. Regulamentação do poder de polícia da FUNAI;
7. Contra a reestruturação que vem sendo proposto para os órgãos públicos, sem estudos, sem participação dos servidores, sem a consulta do público atendido, como o que vem acontecendo na Funai, descumprindo o que estabelece a Convenção 169 da OIT;
8. Contra os inúmeros Processos Administrativos Disciplinares (PAD) que os servidores estão sendo acusados, sem que se leve em consideração a falta de recursos para exercer as funções, a falta de normatização dos procedimentos e a falta de capacitação dos servidores. Há economia na qualificação dos servidores, mas não faltam recursos para diárias e passagens para as comissões de PAD;
9. Recomendar a estruturação de todos os órgãos federais, conforme especificidades;
10. Que seja garantida extensão do adicional de fronteira para todos os órgãos que desenvolvam atividades correlatas;
11. Que não sejam nomeadas pessoas extraquadro sem nenhum conhecimento (capacitação) na área.

IBAMA e ICMBIO

Engajamento Político da Entidade

1. Lutar pela manutenção da gestão pública de qualidade sem aceitação de retrocessos na gestão ambiental federal, de modo a garantir as políticas de Estado em detrimento das políticas de governo;
2. Promover maior articulação com movimentos sociais e outras categorias;
3. Que a Ascema Nacional e CONDSEF orientem discussões e debates nas bases acerca dos seguintes temas:
 - Reforma política;
 - Propostas de combate à corrupção - propostas de leis, posicionamento contra o desmonte dos órgãos de controle do Estado, entre outros possíveis.
4. Teletrabalho - Promoção de discussão e debate sobre a "experiência" do teletrabalho.

Negociação

1. Que a Ascema Nacional e CONDSEF continuem participando das mesas de negociação existentes, considerando que elas foram conquistas da luta dos servidores para diálogo com o Estado;
2. Enquanto durar a interinidade do governo não serão negociados temas novos, ou seja, além dos já apresentados ao governo, através da proposta de Reestruturação da Carreira e dos documentos apresentados à Mesa Setorial de Negociação do Ministério do Meio Ambiente e seus fóruns, dada a existência de Acordo já assinado em 2015, a entidade deve participar de ações que objetivem a manutenção de direitos já adquiridos ou que visem prevenir prejuízos ao meio ambiente ou à carreira;
3. Lutar pelo pagamento retroativo agosto de 2016/agosto de 2017, conforme estabelecido na Lei nº 13...
4. Alteração da portaria que dividiu a mesa de negociação:
 - Condsef (trabalhadores do meio ambiente estejam presente nas representações);
 - ASCEMA;
 - Construir caminho político conjunto.

Entidades Estaduais

1. Recomendar a instauração das assembleias permanentes nos Estados;
2. Propor uma agenda de Encontros Regionais entre servidores da área ambiental;
3. Coordenar e Implementar ações de comunicação, através de informes/mensagens nas redes sociais;
4. Orientar as entidades de base a realizar atividades políticas, como audiências públicas junto às prefeituras ou comissões de meio ambiente das assembleias legislativas, no sentido da defesa das questões ambientais e da preservação das unidades descentralizadas dos órgãos ambientais federais ameaçadas;
5. Estimular a participação de representantes das entidades de base junto ao Congresso Nacional;
6. Buscar novas formas de agregar os servidores que estão lotados em locais isolados – desenvolver processos de participação à distância;
7. Estimular as entidades estaduais a intensificar a participação nos fóruns e movimentos em prol dos serviços públicos federais, estaduais, municipais e também nos fóruns ambientais;
8. Que a Ascema Nacional e CONDSEF articule unidade nas lutas dos servidores da área sincronizando e otimizando ações propostas pelas entidades estaduais.

Órgãos Ambientais

1. Pautar a questão do sucateamento dos órgãos ambientais com o Ministério do Meio Ambiente, e se posicionar e articular lutas contra o corte orçamentário no ICMBio, no IBAMA/SBF, a precarização dos serviços e falta de condições de trabalho (falta de materiais básicos de escritório, limpeza, manutenção, combustível) e precarização do trabalho dos terceirizados (constante atraso nos pagamentos). Lutar contra a desestruturação das Unidades de conservação;
2. Que a Ascema Nacional e CONDSEF se manifestem pelo Fortalecimento das SUPES, CRS e Centros de Pesquisa;
3. Retomar o GT para fazer um levantamento da situação dos órgãos ambientais, aproveitando para resgatar os trabalhos que realizaram diagnóstico da situação de maneira a sistematizar proposta pelo fortalecimento dos órgãos ambientais;
4. Denunciar e lutar contra o nepotismo no MMA e vinculadas.
5. Que a Ascema Nacional e CONDSEF exijam que qualquer reestruturação dos órgãos ambientais seja amplamente debatida com os servidores;
6. Fazer uma análise jurídica e também buscar, pela via administrativa, a revogação das portarias que vedam a comunicação direta entre servidores do Ibama e do ICMBio;
7. Que a Ascema Nacional e CONDSEF se posicionem pelo retorno da portaria de fiscalização, que foi retirada dos analistas que trabalham no licenciamento ambiental;
8. Que a Ascema Nacional e CONDSEF se posicionem contra a forma atual do Sistema de Avaliação de Desempenho (SAD) devido aos parâmetros extremamente subjetivos da avaliação, a não possibilidade de avaliação da chefia, a falta de regularização nos procedimentos. Além de elaborar uma proposta dos servidores de melhoramento da avaliação de desempenho para apresentar no MNP;
9. Que a Ascema Nacional e CONDSEF orientem a discussão sobre eleição direta com participação dos servidores dos órgãos ou, no mínimo, de eleição de lista tríplice para presidente dos órgãos (IBAMA e ICMBio). E leve para as mesas setoriais a necessidade de desenvolver processos de seleção participativo para cargos de chefia;
10. Defender a GEAP das atuais intervenções e defender a participação paritária na gestão da GEAP.
11. Exigir uma Política Institucional contra o assédio moral e sexual no âmbito do MMA e suas vinculadas;
12. Que a Ascema Nacional e CONDSEF se manifestem quanto às ameaças de revogação dos decretos de criação das UCs recém-criadas na Amazônia;
13. Exigir política de preparação para aposentadoria nos nossos órgãos;
14. Que a Ascema e a CONDSEF se manifestem quanto às ameaças de revogação das UC's e TI's recém-criadas.

Funpresp

1. Que a Ascema Nacional e CONDSEF estimulem discussões nas bases sobre o Funpresp, aderindo à luta das entidades de servidores federais contra esse fundo.

Legislação

1. Que a Ascema Nacional e CONDSEF deem ampla divulgação aos documentos contra o desmonte do licenciamento ambiental e que os protocolem no Congresso (nas duas casas);
2. Que a Ascema Nacional e CONDSEF defendam o arquivamento dos seguintes projetos prejudiciais ao meio ambiente e/ou aos trabalhadores PEC nº 65/2012, PLs nº 602, 603 e 654 de 2015, PL nº 3729/2014, PEC nº 291/2008, PEC nº 215, PLP nº 257/2016 e PL nº 4330/2004, aprovados na Câmara e tramitando no Senado, como PL da Câmara 30/2015, o Código da Mineração, PL 7422, MP 727, PEC 241/2016 e a proposta de contrarreforma da Previdência. E que qualquer proposta de modificação nos temas dessas legislações só seja realizada após amplo debate na sociedade;
3. Exigir do MMA a ampla divulgação da minuta do projeto que trata da Lei Geral do Licenciamento Ambiental para amplo debate com os servidores que atuam na área. E repudiar qualquer proposta de penalização administrativa dos servidores do licenciamento por conta dos atrasos no processo de licenciamento;
4. Lutar contra a retirada do controle na liberação dos agrotóxicos por parte do IBAMA e ANVISA;
5. Que a Ascema Nacional e CONDSEF se manifestem contrária à Lei Estadual 79/2016, que permite a introdução de espécies exóticas e atípicas na Bacia do Amazonas;
6. Lutar contra a Lei nº 13301/2016, sobre a possibilidade de pulverização aérea de controle vetorial por meio de dispersão por aeronaves;
7. Lutar contra a mineração em terras indígenas.

Carreira Ambiental

1. Que a Ascema Nacional e CONDSEF elaborem um documento resgatando o histórico da construção da carreira;
2. Lutar pela modernização da carreira de especialista em meio ambiente, conforme a elaboração do grupo de trabalho, advindo das deliberações do encontro dos servidores em maio de 2015, com as devidas correções das distorções salariais entre o nível auxiliar, intermediário, superior;
3. Reestruturação da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (CEMA);
4. Plano Especial de Cargos do MMA e do IBAMA (PECMA);
5. Lutar em defesa dos aposentados e pensionistas, assim como, pela manutenção das conquistas adquiridas;

6. Lutar pela abertura de concursos públicos para os níveis: auxiliar, intermediário e superior;
7. Lutar pela implementação das horas atividades para toda a carreira.

Jurídico

1. Participar como “amigo da corte” na ação feita pelo Fórum dos Servidores Públicos Federais contra a obrigatoriedade da entrada dos servidores públicos no Funpresp;
2. Autorização para fazer um estudo de caso, em relação ao processo da Ciomara, ex-servidora do IBAMA, lotada no Rio de Janeiro.

Plano de Lutas

1. Exigir do IBAMA e MMA a apuração das responsabilidades constantes no relatório da CGU;
2. Que a Ascema Nacional e CONDSEF orientem que as entidades de base realizem atividades políticas, como audiências públicas junto às prefeituras ou comissões de meio ambiente das assembleias legislativas, no sentido defesa das questões ambientais e da preservação das unidades descentralizadas dos órgãos ambientais federais ameaçadas;
3. Aumento da cota-parte do governo em relação aos Planos de Saúde;
4. Que a Ascema Nacional e CONDSEF estimulem a participação de representantes das entidades de base junto ao Congresso Nacional, em prol de interesse na área ambiental;
5. Ratificar e intensificar a luta pela criação das FCAs, em detrimento das FCPEs;
6. Que a Ascema Nacional e CONDSEF se posicionem contra o ajuste fiscal;
7. Manifestação contra os cortes orçamentários nos órgãos ambientais;
8. Participar na Campanha em defesa da Auditoria da Dívida Pública;
9. Lutar contra a falta de pagamentos de terceirizados;
10. Lutar em defesa dos Centros de Pesquisa do ICMBio;
11. Busca constante de melhoria nas condições de trabalho;
12. Criar um GT para desenvolver uma proposta sobre o licenciamento;
13. Crítica aos conselhos como CTNBio e CTNAgro;
14. Lutar para ter a transposição dos novos servidores do PECMA do MMA para a CEMA;
15. Defesa das reservas minerais e naturais do país;
16. Lutar contra o loteamento dos cargos comissionados da área ambiental;
17. Lutar contra a prática de assédio moral nos órgãos ambientais;
18. Contra a terceirização;
19. Abertura de concurso público;
20. Exigir modernização das carreiras;
21. MP 809/2017 – facilitar a contratação de pessoal indígena;



22. Marcar reunião com MMA para tratar da resolução da questão dos dias parados para não haver corte de ponto.

DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE (DENTMA)

- Que o Departamento organize um seminário ou um grupo de trabalho sobre a questão do teletrabalho.

Relatório do Encontro Nacional do Departamento de Segurança e Advocacia Pública (DESAP)

Presentes: DF, PE, RO e RS.

1. Plano de Carreira;
2. Concurso Público;
3. Reavaliação equilibrada quanto a existência do departamento;
4. Mudança no nome do departamento e tentar um outro modelo;
5. Criar um núcleo representante dos setores dentro do da justiça;
6. Unificação da base do departamento;
7. Estabelecer a política de formação sindical forte, através de palestras e outros meios que possam trazer os servidores para o sindicato.

1 - INFORMES: Avaliação da Conjuntura Setorial

O conjunto dos estados relatou que as dificuldades de mobilização, de identificação de elementos que motivem os trabalhadores a manterem sua organicidade nos sindicatos são profundas.

Percebem a necessidade de reinvenção do movimento sindical, para reorganizar a categoria. E que especialmente no DESAP há uma complexidade de órgãos agrupados quais sejam: AGU, DPRF, Defensoria Pública, Ministério da Justiça, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, Arquivo Nacional, Abin, Ministério da Segurança e Casa Civil.

Com isso, a construção de alternativas que alcancem todos esses setores precisam ter uma medida processual que executem ações de curto, médio e longo prazo.

2 - PAUTA DE REIVINDICAÇÃO E PLANO DE LUTAS SETORIAIS/ENCAMINHAMENTOS:

A partir da pauta apresentada na última plenária da Condsef em 2017, os seguintes encaminhamentos foram indicados:

1. Plano de Carreira, mantida a demanda com:
 - Estruturação
 - Reestruturação
2. Restabelecimento do pagamento da GDAR do DPRF;
3. Reestruturação do PEC do DPRF;
4. Concurso Público, revogação da Emenda Constitucional 95 para garantir a reposição da força de trabalho e manutenção e qualificação do serviço público;



5. Proposta de mudança de nome para o DESAP a partir dos órgãos que o compõe passando para: Departamento de Segurança, Advocacia Pública, Justiça e órgãos da Presidência da República - DESAP (manutenção da sigla);
6. Estabelecimento de política de formação sindical que permitam a formulação de consciência crítica. Nesse sentido, sugere-se a curto e médio prazo os seguintes temas:
 - Oficina sobre planos de saúde;
 - Seminário sobre aposentadoria;
 - Curso de comunicação para dirigentes sindicais;
 - Seminário sobre previdência complementar (especialmente para os jovens do serviço público).

Relatório do Encontro Nacional do Departamento de Saúde e Previdência (DESC)

1. Que a Condsef/Fenadsef e suas filiadas procurarem apresentar alternativas aos planos GEAP/CAPSAÚDE;
2. Que as entidades criem mecanismos de reavaliação de critérios adotados pelas Agências Reguladoras criadas pelo governo e que somente favorecem o capital;
3. Que os sindicatos façam um levantamento do RH da área administrativa do MS/Funasa/Sesai, a fim de ver o quadro atual e qual seria o ideal para solicitar a recomposição;
4. Criar diagnóstico da situação atual das mesas de negociação estadual e fortalecimento das mesmas;
5. Acompanhamento e monitoramento dos processos licitatórios (sede dos núcleos/escritórios) estaduais;
6. Organizar ocupação do Ministério do Planejamento no dia 31/06/18;
7. Formar uma comissão responsável por elaborar uma proposta de PCCS das carreiras da Saúde e Previdência;
8. Construção de uma proposta de projeto de PCCS para as carreiras da Saúde e Previdência;
9. Levantar como bandeira de lutas dos servidores federais, em sua totalidade, a criação dos PCCS no âmbito do Executivo junto à Condsef e às demais Centrais;
10. Concentrar esforços para reformular políticas de contratação efetiva por concurso público de pessoal permanente, com base na legislação vigente e projeto de lei no Congresso, cobrando judicialmente do governo tal medida;
11. Convocar para o segundo semestre de 2018, Encontro Nacional dos Servidores da SESAI, conforme aprovado no XII CONCONDSEF;
12. Elaborar propostas para saúde dos servidores, sobretudo os acometidos de intoxicação por uso permanente de inseticida;
13. Governo convocar todos os funcionários do Ministério da Saúde e FUNASA, ativos e aposentados, que lidaram ou trabalham com inseticidas, para realização de exames específicos e periódicos de saúde;
14. Responsabilizar criminalmente o Estado por omissão criminosa e ação direta de atentar contra a vida e saúde dos trabalhadores, quem foram expostos diretamente aos efeitos adversos de inseticidas, como o BHC 30% e o DDT, altamente danosos à saúde e proibidos há muito tempo em outros países pelo alto risco residual. Foi crime! Não forneceram na época XXX, e quando surgiram eram inadequados. Não faziam exame periódico de cumulatividade. Não ampararam os servidores;
15. Unificar todas as juntas e SIAISS no âmbito estadual. Justificativa: só poucos órgãos conseguem manter o mínimo de três profissionais por órgão ou grupo de órgão;

16. Averiguar por que no Maranhão alguns auxiliares de saneamento recebem insalubridade e outros não, e também o auxiliar de saneamento não possui “CBO”. A própria Funasa promoveu um curso de técnico em saneamento com o objetivo de reclassificar os servidores, o que nunca aconteceu. Encaminhar isso na mesa de negociação;
17. Construir o perfil de morbimortalidade (adoece e morre) dos servidores do MS;
18. Elaborar um diagnóstico dos agravos (doenças) relacionados ao trabalho dos servidores do MS;
19. Implementar nos estados e municípios o protocolo nº 008/11 da Mesa Nacional de Negociação Permanente, que institui a Política Nacional de Promoção à Saúde do Trabalhador do SUS;
20. Incorporar os servidores cedidos no SIASS;
21. Avaliar e requalificar os núcleos SIASS nos estados e criar os núcleos onde não tem;
22. Inclusão na mesa de negociação os planos de autogestão: o repasse de todos os aumentos concedidos pela ANS para o per capita (patronal), pois além da equivalência de 50% para cada parte, o governo deve entender que tem ausência de aumentos salariais. É responsabilidade da administração federal bancar com a participação patronal do ônus dos aumentos da ANS;
23. Que seja regularizado na CBO (Classificação Brasileira de Ocupação) documento que retrata a realidade das profissões no mercado de trabalho brasileiro. A função de microscopistas, profissionais que já existem há mais de 20 anos, tanto na esfera federal, estadual e municipal, com capacitação técnica para vários diagnósticos laboratoriais, como malária, Doença de Chagas, TB, leishmaniose e hanseníase. Porém, não há direitos trabalhistas por não terem regulamentação no Ministério do Trabalho e nem constar como ocupação na CBO o cargo de microscopista. Só no Estado do Amazonas há 916 microscopistas não indígenas e 154 microscopistas indígenas.
24. Discussão para implementação de planos de saúde alternativos para os servidores públicos;
25. Incluir a discussão sobre a suspensão da migração da aposentadoria pela EC 41 para a EC 47;
26. Criação e estruturação da carreira de Saneamento Básico e Saúde Ambiental;
27. Reestruturação da Carreira, com gratificação de qualificação;
28. Reajuste da GACEN pelo INPC anual e extensão para os servidores que ficaram excluídos;
29. Criação da gratificação indigenista para servidores da SESAI.

Relatório do Encontro Nacional do Departamento de Infraestrutura (DINFRA)

1. Realizar Encontro Nacional do Setor de Infraestrutura dentro do 2º Semestre de 2018, sugerimos o mês de julho/2018. Obs.: Que a CONDSEF cobre dos sindicatos gerais o envio de servidores para esse encontro, que será de 3 servidores por órgão;
2. Equalização Salarial dos três níveis conforme percentual dado aos cinco Cargos de Infraestrutura (PL 5.920/09);
3. Que a Condsef acompanhe as reivindicações dos servidores das Agências nas suas bases filiadas;
4. Lutar pela aprovação imediata dos PECs: SPU, Sudene, MPOG, DNOCS, M. Transportes, Minas e Energia e M. Integração;
5. Plano de Carreira dos servidores da Secretaria do Patrimônio da União - SPU.
6. Revisão das carreiras e Plano Especial de Cargos do DNPM;
7. Transformação do DNPM em Agência Reguladora;
8. Revisão das carreiras aplicáveis às agências reguladoras, objetivando a constituição de uma só carreira;
9. Reestruturação das carreiras e do Plano Especial de Cargos do DNIT;
10. O DNIT possui duas carreiras dentro da Autarquia. Sugerimos que haja isonomia salarial entre as carreiras internamente; como também haja uma isonomia com as agências correlatas, tendo em vista que desempenham as mesmas atividades, e a criação de carreira de Agente de Trânsito;
11. Extensão da GQ e GT para todos os servidores da infraestrutura, independente da carreira que ocupa;
12. Lutar para derrubar a liminar do STF que proíbe greves no setor público;
13. Que a CONDSEF faça no mínimo um encontro anual dos departamentos;
14. Enquadramento dos servidores cedidos/anistiados/reintegrados nas tabelas salariais, tendo como parâmetro as Agências;
15. Alteração da lei que cria GIAPU para que os servidores possam receber outras gratificações. Destacamos que já há estudo da CONDSEF nesse sentido;
16. Reestruturação da tabela remuneratória dos servidores integrantes das estruturas da Ciência e Tecnologia do INPI e INMETRO;
17. INMETRO - que a GQDI, atualmente é 60/40, possa ser estendida para a proporção 20/80, revisando o Decreto nº 7133/2010;
18. Reinstalação da Mesa de Negociação da Carreira: Minas e Energias, Ministério do Planejamento e Imprensa Nacional;
19. Aumento da Contrapartida do Governo referente ao percentual (%), relativo ao PLANO DE SAÚDE DE TODOS OS SERVIDORES - PROPOSTA 70% POR PARTE DO GOVERNO;
20. Criação do grupo de comunicação via e-mail do DINFRA:
 - Administradores do grupo de e-mail:
 - Cleusa Cassiano – DF – MPOG
 - Juraci Batista – RO – DNIT



- Dúvidas: Aurora Cristina Martins – (51).999085422 – DNIT/RS.

PROPOSTAS:

1 - O Ministério do Planejamento que é o canal de comunicação entre governo e entidades para negociar pleitos de servidores de todos os setores do serviço público, mas não dispõe de espaço para discutir com os servidores da casa. A Secretaria de Gestão diz que é porque não estamos nos Estados. Ocorre que temos 9 Secretarias das quais a maioria são normativas e emitem normas com efeito legal para todo o Brasil, incluindo servidores e Tecnologia da Informação. E é onde está uma grande massa de servidores das bases da Condsef.

Nós estamos, mais uma vez, trazendo um apelo ao departamento para que faça gestão junto à Condsef para resolver o problema do órgão Central, onde se processa as negociações.

Assim solicitamos incluir nos encaminhamentos:

- ABERTURA DE MESA DE NEGOCIAÇÃO PARA OS SERVIDORES PGPE DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO JÁ.

OBSERVAÇÕES:

- Observamos que faltou a identificação do órgão representante no credenciamento dos Delegados, na lista de presença inicial.
- Órgãos aqui representados: SPU, DNIT, MME.

Relatório do Encontro Nacional do Departamento dos Servidores Civis das Organizações Militares (DOMC)

1. Melhorias para o funcionalismo público federal, não somente os da ativa como também os aposentados e pensionistas de Minas Gerais;
2. Servidores do cargo AOSD passem ao nível intermediário, já que tal cargo foi extinto sem que os mesmos pudessem realizar ascensão funcional;
Obs.: atualmente, em alguns órgãos, o AOSD atua em tarefas de nível intermediário e recebendo vencimentos de AOSD;
3. Isonomia no auxílio alimentação (valor de hoje: R\$ 884, 00) para as três forças (Marinha, Exército e Aeronáutica);
4. Que o DOMC, junto com a CONDSEF, venha defender os servidores que não têm o ensino médio e fazem parte do nível intermediário. O governo quer rebaixar o servidor para nível auxiliar;
5. Que seja pago o auxílio alimentação em pecúnia aos servidores do Comando da Marinha;
6. Isonomia no auxílio pré-escolar para as três forças (Marinha, Exército e Aeronáutica);
7. Capacitação profissional anual em seus comandos;
8. Ao se aposentar, que o servidor tenha direito os quatro vencimentos como os militares têm quando vão para a reserva;
Obs.: Justificar por não ter FGTS;
9. Aumento do percentual da contrapartida feita pelo governo para saúde dos servidores e seus dependentes;
10. Unidade dos servidores do Ministério da Defesa porque é um órgão essencial, está presente sempre na reunião do governo;
11. Plano de saúde unificado para todos dos servidores públicos federais, acessível aos servidores;
12. Que seja reestruturada as tabelas dos servidores, para que os servidores não fiquem anos numa referência e chegam logo ao topo da tabela;
13. Que a CONDSEF exija do Ministério do Planejamento – MPOG elaboração de orientação normativa, prevendo o controle de frequência de utilização do rancho próprio, através de roletas e cartão magnético nos órgãos militares;
14. Objetivo: INDENIZAR EM PECÚNIA - aqueles servidores que não utilizarem o rancho em determinados dias de mês, conforme estabelece lei e decreto regulamentador;
15. Enquadramento dos cargos de Tecnologia Militar na CTM e PCCTM;
16. Extensão da GQ - Gratificação por Qualificação para o nível auxiliar (servidores qualificados);
17. Recriação dos Cargos de Nível Auxiliar (tirá-los da condição de cargos extintos);
18. Concursos públicos para CTM;

19. Controle de frequência nos refeitórios, que a CONDSEF encaminhe uma orientação para os estados;
20. Inclusão do PGPE na CTM;
21. PGPE - Equalização Salarial dos três níveis conforme percentual dado aos cinco Cargos de Infraestrutura (PL 5.920/09);
22. Reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE;
23. Reestruturação da Carreira de Tecnologia Militar (CTM);
24. Reestruturação da tabela remuneratória do PCCTM;
25. Inclusão no PCCTM dos servidores civis das áreas administrativa e logística lotados no Ministério da Defesa e órgãos vinculados;
26. Construção de Greve Geral pela derrubada da PEC 55, da Reforma da Previdência, PLP257/16;
27. Paridade com os funcionários do concurso de 1994, nos cargos de almoxarife, auxiliar de escritório, auxiliar administrativo de material, garçons e outros cargos, que exerce a mesma função;
28. Incorporação das gratificações ao vencimento básico;
29. Lutar para uma greve geral;
30. Que a CONDSEF elabore um parecer para os sindicatos promoverem reuniões que negam o referido direito;
31. Que a CONDSEF encaminhe uma proposta ao governo para criar uma GQ (Gratificação de Qualificação) para os integrantes da carreira do PGPE;
32. Fazer gestão junto aos órgãos superiores das organizações militares para agilizarem a tramitação de processos de concessão de direitos de servidores, por exemplo, aposentadoria, adicionar de insalubridade e periculosidade, priorizando o processo para os servidores que possuem idade acima de 60 anos, cumprindo o que estabelece o estatuto do idoso;
33. Promover as reuniões do DOMC, estabelecendo calendário anual e informando as entidades estaduais;
34. Articular condições de incluir os servidores do PGPE em um plano de cargos e carreiras, seja PCCTM ou plano equivalente, sem esquecer-se do cargo AOSD (extinto em 1997);
35. No caso deste cargo AOSD (extinto), seja reclassificação de nível auxiliar para o nível intermediário;
36. Levar um observador, desde que seja filiado, para acompanhar a mesa de negociação em Brasília;
37. Solicitar um profissional do MTE (perito) para fazer laudo e conceder insalubridade aos profissionais que estão realizando trabalhos de riscos e não recebem esse direito;
38. Reajuste do auxílio - alimentação;
39. Paridade para aposentados e pensionistas;
40. Isentar o servidor civil de qualquer prejuízo remuneratório, quando este estiver ativo em organização militar que venha a ser reclassificado;
41. Solicitar que a nova diretoria do DOMC realize reunião a cada seis meses, e que as despesas sejam pagas pelas as entidades filiadas à CONDSEF;
42. Que o governo não retire nenhum direito já adquirido;

43. Que o departamento da Condsef eleja um coordenador, com status de diretor, e que tenha participação com voz e voto dentro da direção;
44. Fazer quantas manifestações forem necessárias no M. Defesa e no MPOG, exigindo o plano de carreira dos que não foram contemplados, no caso da inclusão do PGPE;
45. Que a CONDSEF oriente aos sindicatos para que seja feito cursos de formação em suas bases;
46. Cobrar do M. Defesa melhorias no atendimento nos planos de saúde e nos hospitais para melhor atender os servidores;
47. Que a CONDSEF faça um seminário para esclarecer aos servidores que estão para se aposentar e se sentem inseguros em relação à reforma da previdência e no termo de opção para reaver a paridade;
48. Unificação das lutas dos servidores civis do Ministério da Defesa;
49. Lutar pelo fim da contratação de prestadores de tarefa por tempo certo PTTC;
50. Lutar para que haja organização sindical nas bases;
51. Regulamentar as categorias funcionais e suas atribuições;
52. Fazer campanha de filiação para incluir os novos servidores;
53. Lutar pela paridade e isonomia entre os ativos e aposentados;
54. Priorizar a organização de pedidos para as demais carreiras, exceto a PCCTM, pois já foi contemplada;
55. Passagem dos servidores de nível auxiliar e intermediário das organizações militares escolares para carreira das universidades federais, como ocorre como os docentes;
56. Lutar para que os trabalhadores Celetistas da lei 10.225 sejam levados para o Regime Jurídico Único (RJU – Lei 8.112/90);
57. Inclusão dos servidores dos hospitais militares para carreira de C&T ou superior;
58. Que o DOMC dê informações constantemente aos servidores;
59. Lutar para que os servidores civis tenham redução da carga horária para 30h, sem redução de remuneração;
60. Lutar para que as organizações militares tenham um laudo ambiental expedido por perito e que não seja de organização militar;
61. Estender aos filhos dos servidores civis ao ensino dos colégios militares sem seleção pública, como já aconteceu com os militares estendidos aos dependentes legais;
62. Incorporação das qualificações no vencimento básico;
63. Lutar para que os servidores de órgãos militares não incluídos no PCCTM sejam contemplados com a gratificação de qualidade;
64. Lutar por permissões para que haja espaços nas organizações militares para exercício sindical;
65. Reforçar os pedidos de audiência com o M. Defesa;
66. Que a CONDSEF trabalhe no investimento de formação sindical dos diretores da executiva e departamentos;
67. Combate ao assédio moral, sexual, étnico e religioso nas OMs;

68. Lutar para que o departamento jurídico da CONDSEF faça um estudo no Termo do Acordo nº 01/2015, do MPOG, no art. 88, que trata do art. 87, que fala da opção em caráter irretratável das gratificações de desempenho da Emenda Constitucional 41 e 47, porque congela as gratificações dos aposentados e pensionistas;
69. Pleitear ao MPOG que haja um limite para os prazos de pagamentos;
70. Solicitar a CONDSEF para que interfira juridicamente junto ao Sindicato dos Metalúrgicos de MG na ação;
71. Lutar para que os empregados públicos do IMBEL sejam representados pelo SINDSEP-MG, interferindo juridicamente para que haja reversão da ação jurídica, que deu ganho de causa de representação ao sindicato dos metalúrgicos de MG.

Encaminhamentos:

- Que os departamentos tenham um coordenador geral e um suplente;
- Que os coordenadores gerais ou suplentes dos departamentos participem das reuniões do CDE e DN;
- Na mesa setorial o departamento de cada órgão tenha assento garantido;
- Referendado o nome da Coordenação-Geral: Lourdinha - MG (Sindsep) e Lucy - CE (Sintsef);
- Que o CDE da CONDSEF aprove uma manifestação dos servidores da DEFESA até 31 de julho/18, no Ministério da Defesa e Ministério do Planejamento.

Relatório do Encontro Nacional dos Anistiados e Demitidos

Coordenação: José Amorim Neto – CE

Secretária: Maria das Graças Gomes Albert – SC

Apoio: Jayne Menezes da Silva – DF

Resolvemos manter a pauta apresentada pela Condsef ao Ministério do Planejamento em 2018, com alguns acréscimos, conforme segue abaixo.

1. Tabela única de remuneração, com reestruturação acrescentando quatro padrões;
2. Enquadramento dos reintegrados no RJU- Lei 8.112/90, com garantia dos anuênios, reconhecendo o tempo que ficou fora da administração; adoção dos mesmos procedimentos concedidos aos servidores do RJU (licença médica; gratificações; benefícios; férias; horas extras, diárias; insalubridade; periculosidade). Discussão – não são anistiados e sim reintegrados;
3. Reenquadramento dos servidores desviados de função;
4. Pagamento dos benefícios alimentação (auxílio alimentação de R\$ 799,00; pagamento de cesta natalina no mesmo valor do auxílio alimentação, extensivo aos servidores afastados por motivo de doenças profissionais, acidente de trabalho, auxílio doença e licença maternidade);
5. Reajuste do auxílio saúde no valor de R\$ 650,00;
6. Reajuste do auxílio pré-escolar no valor de R\$ 312,00;
7. Concessão do vale-cultura, conforme Lei 12.761/12;
8. Auxílio educação de R\$ 560,00 (servidores e dependentes até 18 anos de idade);
9. Capacitação profissional anual;
10. Garantia da liberdade e autonomia sindical: atuação no local de trabalho dos dirigentes indicados pelas entidades; abono do dia se convocado pelo sindicato por escrito; liberação de espaço no local de trabalho para atividade sindical;
11. Os servidores em exercício em outro órgão só poderão ser devolvidos ao seu órgão de origem se a pedido ou quando justificados os motivos;
12. Apoio para demitidos pelo governo Collor que perderam o prazo da Lei 8878/94, devido a não divulgação em um veículo de grande circulação e que seja retomada essa divulgação;
13. Apoio aos PDVistas que foram ludibriados pelo governo FHC, especialmente aos PLs 4293/2008 e 123/2017, com maior divulgação desses projetos;
14. Requerer ou solicitar a Defensoria da União um representante para averiguar as denúncias de assédio moral;

15. Que a partir deste encontro, seja feito encontro trimestral para anistiados e PDVistas, começando no mês de agosto/2018, com encaminhamento prévio de convocatória;
16. Economia – auxílio alimentação em exercício, conforme orienta a normativa;
17. Os anistiados retomarem a luta, precisam de engajamento, unificação;
18. Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN/2007;
19. Denunciar o Assédio Moral – Trabalho Escravo entre os anistiados;
20. A CONDSEF repassar os relatórios das reuniões da Mesa de Negociação;
21. Priorizar os advogados dos sindicatos e da Condsef para a obtenção dos direitos;
22. Que seja criado grupo no WhatsApp com todos os participantes da comissão;
23. Que a Comissão Nacional passe a ser um departamento da Condsef;
24. Que seja considerada a luta por garantia de contagem de tempo;
25. Definição do Regime dos Reintegrados;
26. Continuar apoiando a luta dos PDVistas;
27. Que o Governo edite uma orientação normativa sobre direitos dos trabalhadores como insalubridade, periculosidade, horas extras e diárias
28. Enquadramento dos reintegrados no Regime Jurídico da Lei 8.112/90, garantia dos anuênios, reconhecendo o tempo que ficaram fora da administração
29. Que a CONDSEF acompanhe os tramites do PL 4.786/12, que reabre o prazo para aqueles demitidos que ainda não retornaram.

Relatório do Encontro Nacional dos Empregados das Empresas Públicas

1. Incluir na plenária estatutária a criação do Departamento de Empresas Públicas e a validação de representação pela FENADSEF. Tendo seus representantes exclusivamente composto por Empregados Públicos, proporcionalmente de acordo com os órgãos que compõem, sendo eleitos por suas bases mantendo a Comissão eleita em Plenária;
2. Que as negociações dos acordos coletivos de trabalho sejam compartilhadas entre o Departamento, a CONDSEF e os representantes da Comissão de Empregados de cada empresa pública;
3. Luta pela unificação das datas-base das Empresas Públicas;
4. Realização de plenária nacional permanente dos Empregados Públicos de todas as empresas públicas da base da CONDSEF, para discussão do plano de luta unificado;
5. A defesa dos Sindicatos Gerais e da CONDSEF/FENADSEF;
6. Extinção da contratação política via recrutamento amplo em todas as Empresas Públicas Federais e contra a Terceirização;
7. Campanha em defesa das Empresas Públicas, contra a privatização, demissões e sucateamento, junto com a Central Única dos Trabalhadores;
8. Realização por parte da CONDSEF, conjuntamente com os Sindicatos Gerais, de assembleias para apresentação da FENADSEF, referendando esta como órgão de representação dos trabalhadores das EP's;
9. Defesa do trabalhador das empresas públicas contra perseguições, e direito a contraditório e ampla defesa em processos administrativos disciplinares.

EBSERH

1. Realização de Cursos de Organização Política Sindical nas bases da Ebserh;
2. Reestruturação do Plano de Cargos Carreiras e Salários;
3. Instalação imediata da Mesa Nacional Permanente e Mesa Local de Negociação em todos os HU's;
4. Cumprimento da implantação da Normativa de Afastamento do Empregado;
5. Cumprimento da implantação de Titulação para todos os empregados conforme o ACT 2015/2016;
6. Mapeamento de novos hospitais que aderiram a Ebserh e articular a representação do sindicato geral que abrange as regiões onde estão localizados estes hospitais aos seus trabalhadores;
7. Reestruturação de todos os hospitais universitários do país, visando uma melhor assistência à população brasileira e melhores condições de trabalho;
8. Cumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho dos empregados da EBSEH em toda sua íntegra;
9. Implantação do Plano de Cargos e Salários dos empregados da EBSEH, com correção das distorções;



10. Equiparação da tabela salarial dos empregados administrativos com a tabela da EMBRAPA;
11. Implantação dos Adicionais de Insalubridade e Periculosidade para todos os empregados da EBSERH;
12. Viabilização do direito do duplo vínculo, conforme a Constituição Federal.

CONAB

1. Denúncia e luta contra o desmonte e o sucateamento da CONAB;
2. Promover campanha de esclarecimento sobre o PDV;
3. Denúncia da atitude antissindical da Direção da CONAB, de diversos Estados, que negou a liberação de ponto aos delegados eleitos para participar do XII CONCONDSEF sob a falsa alegação de que os Sindicatos Gerais não representam os trabalhadores da CONAB;
4. Denúncia contra atitudes de perseguição e intimidação por parte de algumas administrações da CONAB para com os trabalhadores daquele órgão;
5. Plano de saúde extensivo aos aposentados da CONAB;
6. Que a Condsef/Fenadsef lute para retirar a CNTC das Negociações da Conab.

VALEC

1. Unificação dos Acordos Coletivos de Trabalho - ACT'S (VALEC 88, VALEC 2012, GEIPOT e RFFSA);
2. Equiparação salarial e de benefícios entre os cargos da VALEC;
3. Criação de um plano de saúde assistencial para todos os Empregados;
4. Cumprimento do plano de cargos e salários (progressões-promoções).

CEASA MINAS

1. Luta contra a privatização e contra a tomada da gestão da empresa por OCIP's e afins;
2. Assinatura dos ACT's pendentes e negociação/assinatura do ACT 2018/2019;
3. Preservação da integridade moral e psíquica dos trabalhadores, combatendo as perseguições e processos administrativos disciplinares infundados e abusivos;
4. Retomada de benefícios adquiridos pelo trabalhadores como ônibus, restaurante, bebedouros em todos os setores, acesso à internet e Wifi;
5. Cumprimento da cláusula do ACT que versa sobre o fornecimento de uniforme aos trabalhadores;
6. Retomada dos direitos adquiridos dos trabalhadores orientadores de mercado, como folga de fim de semana e carga horária;
7. Inclusão da RD 05/2018 que versa sobre liberações e folgas no ACT;
8. Inclusão da semana de folga de fim de ano no ACT;
9. Escolha do presidente da Comissão de PAD por meio de eleição, assim como é feita a escolha dos membros.